

CPPME

Confederação Portuguesa das Micro,
Pequenas e Médias Empresas

Grupo de Trabalho para o Programa Nacional
da Política do Ordenamento do Território

Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território,
Descentralização, Poder Local e Habitação

Assembleia da República - 6 março 2019

Jorge Pisco
Presidente da Direção

Senhora Coordenadora e Senhores Deputados
Senhores representantes das entidades presentes

Agradecemos o convite que nos foi endereçado.

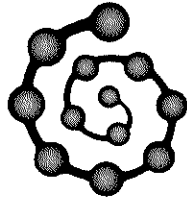
O tema que hoje aqui nos trás para esta audição conjunta, consideramo-lo de primordial importância pois trata-se de um problema de todo nacional, que urge ter respostas que contribuam para o desenvolvimento económico, social e ambiental do País.

Nesse sentido o peso das Micro Pequenas e Médias Empresas têm no tecido económico nacional é de tal maneira grande (*são 99,9% das empresas não financeiras, sendo responsáveis por cerca de 80% dos postos de trabalho e por mais de 50% do volume de negócios*), que não pode haver reflexão sobre desenvolvimento, deixando de fora este setor empresarial e as suas organizações representativas, entre elas a sua Confederação.

A alteração do PNPOT deveria a nosso entender corresponder ao objectivo de contribuir para desenvolvimento equilibrado do País. A expressão "*desenvolvimento equilibrado*" inclui, em si mesma, a necessidade de um desenvolvimento, simultaneamente, económico, social e ambiental, que, em nosso entender, implica, logo à partida, a promoção da coesão territorial.

Mesmo que os discursos digam o contrário (*para se apresentarem politicamente corretos*), a realidade mostra o desprezo com que os sucessivos governos têm tratado o interior do país, o que tem conduzido ao despovoamento e envelhecimento de vastas regiões.

Os pequenos incentivos que, a muito custo e fruto da atual solução política, têm sido atribuídos ao interior do país durante a presente legislatura, embora positivos, não chegam para colmatar os muitos anos de desinvestimento e o encerramento contínuo de serviços públicos, que conduziram à desertificação humana, com consequências dramáticas em termos económicos, sociais e ambientais.



CPPME

Confederação Portuguesa das Micro,
Pequenas e Médias Empresas

Bem demonstrativo dessas consequências é o encerramento de muitas Micro e Pequenas empresas, do comércio, da restauração, de serviços e da indústria, bem como de pequenas explorações agrícolas.

Ou, ainda, os enormes incêndios dos últimos anos e os custos sociais do isolamento em que vivem muitos do que por lá permanecem.

Por isso, temos defendido, perante os governantes, os grupos parlamentares e em todos os fóruns em que temos participado, a urgência da tomada de medidas que invertam esta situação.

Dessas medidas, destacamos aqui:

- A promoção do investimento (*público e privado*)
- A promoção e o incentivo à produção nacional
- A aposta no mercado interno, a par do mercado externo
- A elevação de rendimentos dos portugueses e a criação de emprego com direitos
- Ou, ainda, que os Fundos dos Quadros Comunitários contemplem preferencialmente as Micro e Pequenas empresas e as regiões do interior

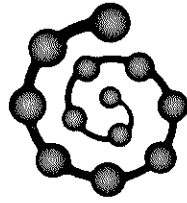
Mas a alteração que se pretende, só é possível no quadro de uma profunda reflexão estratégica (*onde esta audição se enquadra*), que conduza a políticas devidamente pensadas e estruturadas.

Ora, aquilo a que temos assistido, é precisamente o contrário disto.

É a tomada de decisões precipitadas, em questões estratégicas, que, a avançarem, irão marcar o futuro do país, por largos anos.

No plano do desenvolvimento económico as opções estratégicas que o PNPOT apresenta acolhe as ideias neoliberais de promoção da competitividade territorial como meio para a resolução dos problemas de disparidades regionais.

O Plano Nacional de Investimentos até 2030, apresentado pelo Governo merece-nos preocupação, não só pelas suas limitadas opções quer em volume de investimento, quer na sua natureza, centradas que estão essencialmente no favorecimento dos grupos económicos., descurando uma vez mais as Micro e Pequenas empresas.



CPPME

Confederação Portuguesa das Micro,
Pequenas e Médias Empresas

As opções do PNROT são opções que levam ao adiamento da solução dos mais importantes problemas sociais e económicos, mas também do investimento no desenvolvimento do País.

As nossas propostas concretas nesta matéria, são, entre outras:

- Que os Orçamentos de Estado contemplem, medidas concretas e precisas de defesa e incentivo ao sector empresarial do interior do País.
- Que o próximo Quadro Estratégico Europeu 20/30 contemple uma verdadeira Estratégia de Desenvolvimento Regional e disponibilize recursos humanos, técnicos e financeiros suficientes para a sua concretização.
- Que na aplicação do Programa de Desenvolvimento Regional, tenham participação directa, todos os agentes do Desenvolvimento Regional, designadamente os representantes das MPME.
- Que sejam aprovados benefícios fiscais e linhas de crédito com condições mais favoráveis, para micro, pequenas e médias empresas em regime de interioridade.

É pela implementação de medidas como estas que a CPPME se vem batendo, consciente que ao defendê-las está a defender as Micro, Pequenas e Médias empresas que representa, mas também todas as outras, que por uma razão ou por outra, ainda não se juntaram a nós, mas com as quais gostaríamos de contar, porque quantos mais formos, maior será o peso com que nos apresentaremos nesta luta que é de todos por um crescimento equilibrado de todos os sectores e regiões, eliminando as diferenças entre litoral e o interior.

Muito obrigado